**AVISO**

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

O município de Mar de Espanha-MG, faz saber aos interessados que fará realizar a presente licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **PRESENCIAL**, Critério de Julgamento **Menor Preço**, regime de execução de empreitada por preço global, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ NO MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA NA VIA DE LIGAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM GUANABARA DE ACORDO COM O CONVÊNIO N° 1491000828/2024/SEGOV,** cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 413/2023 e demais legislações aplicáveis.

A entrega dos envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação e nº 02 - Propostas, de acordo com as exigências do Edital, será realizada às **10:00 horas do dia 16/07/2024,** na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha, localizada na Praça Barão de Ayruoca, 53 no centro da cidade de Mar de Espanha.

A abertura da sessão pública desta licitação ocorrerá no dia **16/07/2024, às 10:00** hrs.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados no site da Prefeitura de Mar de Espanha e pelo e-mail licitacao@mardeespanha.mg.gov.br.

Qualquer duvida entrar em contato pelos telefones (32) 3276-1225 e (32) 32761579.

Mar de Espanha/MG, 27 de junho de 2024.

**Joice Pozenato Soares**

**Agente de Contratação**

# EDITAL

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

O município de Mar de Espanha-MG, faz saber aos interessados que fara realizar a presente licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **PRESENCIAL**, Critério de Julgamento **Menor Preço**, regime de execução de empreitada por preço global, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ NO MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA NA VIA DE LIGAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM GUANABARA DE ACORDO COM O CONVÊNIO N° 1491000828/2024/SEGOV,** cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

# CLÁUSULA PRIMEIRA

# DO OBJETO

* 1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando **a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ NO MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA NA VIA DE LIGAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM GUANABARA DE ACORDO COM O CONVÊNIO N° 1491000828/2024/SEGOV**, conforme condições descritas nos Anexos que integram este Edital.

# CLÁUSULA SEGUNDA

# DO VALOR DE REFERÊNCIA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**2.1.** O valor da contratação está estimado em **R$ 1.589.227,96** (um milhão quinhentos e oitenta e nove mil duzentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos).

**2.2.** Os preços apresentados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços estimados constante do item anterior, sob pena de desclassificação.

**2.3.** Para fazer face às despesas resultantes da contratação, será utilizada a dotação orçamentaria: 4.4.90.51.00.2.05.01.15.451.0012.1.0015.

# CLÁUSULA TERCEIRA

# DO CREDENCIAMENTO

**3.1.** O credenciamento será realizado para todos os interessados que se fizerem presentes impreterivelmente no horário designado para abertura da sessão, não sendo, portanto, permitido o credenciamento e recebimento de envelopes, por qualquer participante, após esse horário.

**3.2 –** Para o CREDENCIAMENTO deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**3.2.1 -** Tratando-se de representante sócio administrador:

**a)** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

**b)** Estatuto social, contrato social, registro comercial ou outro instrumento de constituição, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

**c)** Documento de identificação com foto;

**d)** Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo constante do Anexo IX deste Edital;

**e)** Declaração de condição de ME ou EPP, para os casos das licitantes que se enquadrem nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo constante do Anexo XII do Edital.

**f)** Declaração de Inexistência da fato impeditivo nos termos do Anexo XI.

**3.2.2 -** Tratando-se de representante procurador:

**a)** Procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;

**b)** Documento de identificação com foto.

**c)** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

**d)** Estatuto social, contrato social, registro comercial ou outro instrumento de constituição, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

**e)** Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo constante do Anexo IX do Edital;

**f)** Declaração de condição de ME ou EPP, para os casos das licitantes que se enquadrem nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo constante do Anexo XII do Edital;

**g)** Declaração de Inexistência da fato impeditivo nos termos do Anexo XI.

**3.3 -** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

# CLÁUSULA QUARTA

# DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**4.1.** Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, e que estejam com Credenciamento regular**.**

**4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.3. Não poderão participar** desta licitação os interessados:

**a)** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**b)** Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**c)** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**d)** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**e)** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**f)** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14º da Lei Federal nº 14.133/2021;

**g)** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**h)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**i)** Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**j)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**4.4.** A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.5.** A licitante deverá apresentar as seguintes declarações, conforme o caso:

**a)** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**b)** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**c)** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**d)** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**e)** Que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16(dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14(catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

**f)** Que a proposta foi elaborada de forma independente;

**g)** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**h)** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**4.6**.A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

# CLÁUSULA QUINTA

# DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**5.1.** Os licitantes encaminharão proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, na data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas e Documentação de habilitação, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

# 5.2. Do preenchimento da proposta:

**5.2.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, dos seguintes campos:

**a)** Valor unitário e total;

**b)** Descrição do objeto, contendo as informações especificadas no Projeto Básico;

**c)** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**5.2.2**. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.2.3.** Após o julgamento, o licitante declarado vencedor deverá reelaborar e apresentar, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato. (**Ref.**: Art. 56, §5º, Lei Federal nº 14.133/2021).

**5.2.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**5.2.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios.

**5.2.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

# CLÁUSULA SEXTA

# DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas, conforme art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.3.** A desclassificação será sempre fundamentada com acompanhamento por todos os participantes.

**6.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.5.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**6.6.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**6.7.** Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

**6.8.** Serão consideradas inexeqüíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.9.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.10.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

**6.11.** O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** de acordo com o especificado no **Anexo I.**

**6.12.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando as regras estabelecidas no Edital.

**6.13.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado.

**6.14.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo Agente de Contratação. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

# CLÁUSULA SÉTIMA

# DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**7.2.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**7.3.** Se houver necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para sanear a instrução processual.

**7.4.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**7.5.** Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a sua continuidade.

**7.6.** O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**7.7.** Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**7.8.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

# CLÁUSULA OITAVA

# DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

**8.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo determinado e a partir da solicitação do Agente de Contratação.

**8.2.** A Proposta de Preços final deverá conter:

**a)** Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para os serviços, conforme Anexo V.

**b)** Orçamento detalhado dos serviços, indicando as quantidades a executar, com respectivos preços unitários propostos, que deverão ser grafados em algarismos numéricos, conforme Anexo V. Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

**c)** Planilha com detalhamento dos BDI’s.

**d)** Cronogramas físico e financeiro, em dias corridos e consecutivos, permitindo-se o prazo máximo de execução dos serviços previsto no cronograma, conforme Anexo II.

**e)** Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo **prazo mínimo de 90 (noventa) dias**, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação, com indicação do número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira.

**f)** Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições do Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexeqüíveis nos termos da lei ou aquelas que ofertarem alternativas.

**g)** Todas as tarefas ou fornecimentos descritos no Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

**h)** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**i)** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**j)** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**k)** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

# CLÁUSULA NONA

# DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

**a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

**b)**Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

**9.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**9.3.** Constatada a existência de sanção e, se a mesma for a de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.4.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.5.** Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão ou da convocação para apresentação dos documentos, nos casos em que a convocação ocorrer em data diferente da abertura.

**9.6.** Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de  30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação económico-financeira.

**9.6.1.**  Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**9.7.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los no prazo determinado sob pena de inabilitação.

**9.8.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.9.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.10.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.11.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.12.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

# 9.12.1. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

**a)** Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**b)** Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

**c)** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**d)** Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme modelo constante do Anexo X do Edital.

# 9.12.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

**a)** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**b)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

**d)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

**e)** Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**f)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**9.12.2.1.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**9.12.2.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**9.12.2.3.** A não–regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

# 9.12.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

**a)** Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**9.12.3.1.** A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO ILG = –––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

ATIVO CIRCULANTE

ILC = ––––––––––––––––––––––– PASSIVO CIRCULANTE

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC maior ou igual a 1(um)

ILG maior ou igual a 1(um)

**9.12.3.2.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

**a)** publicados em Diário Oficial; ou

**b)** publicados em Jornal; ou

**c)** por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

**d)** por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;

**e)** Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

**9.13.3.3.** Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

**9.12.3.4.** Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar–se–ão ao último exercício.

**9.12.3.5.** O licitante que não alcançar os índices acima exigidos, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstração do Resultado do Exercício (Demonstrações contábeis do último exercício social), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

**b)** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

**c)** Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante, caso pessoa física ou Microempreendedor Individual – MEI.

**9.12.3.6.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**9.12.3.7.** Exige–se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

# 9.12.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:

**Qualificação Técnica:**

**a)** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito publico ou privado, que comprove a aptidão para desempenho técnico a contento de objeto semelhante.

**9.12.4.1.** O(s) atestado(s) recebido(s) estará(ão) sujeito(s) à *conferência* quanto à veracidade do(s) conteúdo(s);

**9.12.4.2.** Considera-se desempenho técnico a apresentação de atestado(s) que comprove(m) experiência no mercado, compatível com o objeto licitado**;**

**9.12.4.3.**Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da **LICITANTE** participante.

**b)** Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação ou de seu responsável técnico no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

**c)** Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação, conforme Anexo VII.

# Qualificação Técnica Operacional:

**a)** Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, serviços de obras, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas na Lei de Licitações.

# Qualificação Técnico Profissional:

**a)** Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) ou declaração(ões) de responsabilidade técnica devidamente(s) registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não o próprio licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) de características semelhantes ao do objeto do Edital.

**b)** A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

**I-** Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

**II-** Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

**III-** Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

**IV-** Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

**c)** O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ARTs para comprovação da qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação.

**d)** Declaração de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008, conforme Anexo VI.

**e)** Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo, conforme Anexo IV.

**f)** Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme §6º do Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**g)** Declaração de Conhecimento do Local das Obras onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas no Edital da licitação**,** conforme Anexo III.

**9.12.4.4.** Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta INABILITADA, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

# CLÁUSULA DÉCIMA

# DO RECURSO

**10.1.** O licitante que houver manifestado imediatamente a intenção de recorrer deverá apresentar as razões recursais após intimação do ato ou de lavratura da ata.

**10.2.** O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso, de forma presencial, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pela forma presencial, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

# DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**11.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**a)** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**b)** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

# ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E TERMO DE CONTRATO

**12.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação da licitação, não havendo interposição de recurso ou exauridos os recursos apresentados, o Agente de Contratação encaminhará o processo licitatório à autoridade superior para adjudicação e homologação.

**12.2.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Contrato.

**12.3.** O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e daquelas dispostas em lei.

**12.4.** A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do Termo de Contrato encaminhado para o e-mail/endereço eletrônico informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

**12.5.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**12.6.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.7.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

# DO PRAZO DE EXECUÇÃO E CONTRATUAL

**13.1.** O prazo da execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias.

**13.2.** O prazo de **vigência do contrato será de 90 (noventa) dias**, contados a partir da data da última assinatura do contrato, admitida a prorrogação observada a legislação pertinente e ajuste entre as partes.

**13.3.** A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início bem como eventuais atrasos na emissão da OS (Ordem de Serviço) e, ainda, para prestação de contas por parte da contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

# DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**14.1.** Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

**14.2.** O contratado deverá optar por uma das modalidades de garantia do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**14.3.** Quando o contratado optar pela modalidade de garantia prevista no inciso II do § 1º do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para a prestação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação.

**14.4.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**14.5.** O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021:

**14.6.** O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

**14.7.** O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**14.8.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

# DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

**15.1.** Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**15.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021.

**15.3.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

# DO PRAZO DE INÍCIO E DO RECEBIMENTO

**16.1.** A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, contendo o prazo para execução dos serviços.

**16.2.** O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao município ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

**16.3.** A obra deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Todas e quaisquer modificações com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após aprovação da FISCALIZAÇÃO do MUNICÍPIO.

**16.4.** O objeto do contrato será recebido pelo município, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.5.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional pela execução.

**16.6.** Os serviços serão recebidos de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no memoria descritivo, edital e na proposta.

**16.7.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico, edital e na proposta, devendo ser corrigidos em prazo estabelecido pelo município, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**16.8.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**16.9.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**16.10.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

# CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

# DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**17.1. São obrigações da CONTRATADA:**

**a)** Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização do MUNICÍPIO.

**b)** Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização do MUNICÍPIO.

**c)** Permitir e facilitar à fiscalização do MUNICÍPIO, a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

**d)** Providenciar a colocação de placas na obra, conforme modelos fornecidos pelo MUNICÍPIO, em local indicado pela sua fiscalização.

**e)** Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

**f)** Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pelo MUNICÍPIO.

**g)** Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.

**h)** Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG ou CAU.

**i)** Preencher, diariamente, onde lhe for reservado, o Diário de Obra que o MUNICÍPIO manterá permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.

**j)** Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.

**k)** Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local.

**l)** Encaminhar, ao MUNICÍPIO, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.

**m)** Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização do MUNICÍPIO.

**n)** Manter à frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização do MUNICÍPIO.

**o)** Retirar ou substituir, qualquer empregado que não esteja atendendo a contento a fiscalização do MUNICÍPIO, que lançará a devida justificativa no diário de obra.

**p)** Responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente.

**q)** Acatar toda orientação advinda do município com relação à obra.

**t)** Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenha procedência legal.

**u)** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**17.2.** O responsável técnico da contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.

**17.3.** O MUNICÍPIO poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da contratada.

**17.4.** Concluída a obra, a contratada terá que apresentar prova de quitação das contas de água, luz e telefone, e da transferência das ligações para o Município, em sendo aplicável.

# CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

# DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. São obrigações da CONTRATANTE:

**a)** A coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes ao Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

**b)** Credenciar junto à contratada, o representante especialmente designado pelo MUNICÍPIO, para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

**c)** Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.

**d)** Fazer cumprir o prazo contratual.

**e)** Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução da obra, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

**f)** Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

**18.2.** Caberá ao MUNICÍPIO receber as obras e serviços, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

**18.3.** A aceitação por parte da fiscalização não isenta o Contratado de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

# CLÁUSULA DÉCIMA NONA

# DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**19.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

**a)** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

**b)** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**c)** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**d)** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**e)** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**f)** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**g)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**h)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**i)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**j)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**19.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa;

**c)** Impedimento de licitar e contratar;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**19.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**19.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**19.5.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item **19.2, “c” e “d”**, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**19.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente a legislação que for aplicável.

**19.7.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**19.8.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) **dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**19.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**19.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, e nos termos da lei, levará em consideração:

**a)** a natureza e a gravidade da conduta do infrator,

**b)** as peculiaridades do caso concreto,

**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes,

**d)** o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e,

**e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**19.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**19.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**19.14.** As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

# CLÁUSULA VIGÉSIMA

# DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

**20.1.** Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

**20.2.** A medição dos serviços será feita considerando a conclusão de cada etapa da obra discriminada em cronograma.

**20.3.** O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal em 02 (duas) vias, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 9.711/1998 e de acordo com as Instruções normativas nº IN MPS/SRP nº4, de 28/07/2005, bem como pelas sucessivas alterações, culminando com a IN MF/RFB nº 938 de 15/05/2009, juntamente com o boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização da referida Secretaria.

**20.4.** A medição deverá ser realizada por servidor municipal especialmente designado para este fim.

**20.5.** Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais.

**20.6.** Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

**20.7.** Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

**20.8.** Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes aos Serviços Preliminares e Administração Local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma. Para o item Mobilização e Desmobilização será pago o percentual de 50% do valor proposto pelo licitante na primeira medição parcial e o restante na medição final.

**20.9.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**20.10.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**20.11.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma *on-line* consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**20.12.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

# RETENÇÕES DE IMPOSTOS APLICÁVEIS DE ACORDO COM A SITUAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO E DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATADA

**20.13.** A retenção de importos será efetuado de acrodo com a situação do serviço prestado e do enquadramento tributário da CONTRATADA.

# CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

# DO PREÇO, DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

**21.1.** Os valores dos serviços contratados serão IRREAJUSTÁVEIS, sendo admitido o reequilíbrio econômico-financeira nas condições estabeelcidas pela Lei nº 14.133/21.

# CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

# DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**22.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

**22.2.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se houver comprometimento da apresentação das propostas.

**22.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**22.4.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

**22.5.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**22.6.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.mardeespanha.com](http://www.mardeespanha.com) sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**22.7.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

# CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**23.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

**23.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**23.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**23.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**23.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**23.8**. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**23.9.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**23.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**23.11.** A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**23.12.** A anulação da licitação induz à extinção do contrato.

**23.13.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**23.14.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA**

**DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**24.1.** Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

# 24.2. Para os propósitos do item 24.1, definem-se as seguintes práticas:

**a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

**b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Mar de Espanha/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a Agente de Contratação no setor de licitações ou pelo telefone: (32) 3276-1225 ou (32) 3276-1579, nos dias úteis no horário das 13:00 às 17:00 horas.

Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela MUNICÍPIO, obedecida a legislação vigente.

O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: [www.mardeespanha.com](http://www.mardeespanha.com)

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I** – Memorial Descritivo;

**Anexo II –** Planilha, Cronograma físico-financeiro;

**Anexo III**– Declaração de Conhecimento do Local da Obra;

***Anexo IV* –** Declaração de Responsabilidade Técnica;

***Anexo V* –** Carta de Apresentação da Proposta de Preços;

**Anexo VI**– Declaração de Procedência Legal e Origem de Madeira Fornecida;

**Anexo VII–** Modelo de Declaração da Disponibilidade de Instalações, Aparelhamento e Pessoal Técnico;

**Anexo VIII** – Minuta de Contrato;

**Anexo IX** – Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;

**Anexo X** – Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;

**Anexo XI** – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

**Anexo XII** – Declaração de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte.

**Mar de Espanha, 27 de junho de 2024.**

**Joice Pozenato Soares**

**Agente de Contratação**

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

**ANEXO I**

***PROJETO BÁSICO – MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES:***

**Obra**: Pavimentação em CBUQ em vias do Município.

**Local:** Município de Mar de Espanha - MG.

**Data**: 08 de maio de 2024.

1. **OBJETIVO**: Execução de obras de PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ VIAS DO MUNICIPIO, no Município de Mar de Espanha. Abaixo segue a lista das vias contempladas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ruas** | **Bairro** | **Extensão** |
| Via de ligação | Jardim Guanabara | 768,39 m |

As descrições e quantidades, objeto do presente PROJETO BÁSICO, estão indicadas no quadro abaixo, denominado QUADRO RESUMO.

1. **QUADRO RESUMO:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Pavimentação em CBUQ - VIA de ligação** | | |
| **SERVIÇOS PRELIMINARES** |  |  |
| FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA #26, ESP. 0,45MM, DIMENSÃO (3X1,5)M, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, AFIXADA COM REBITES 4,8X40MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20MM, ESP. 1,25MM, INCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADO COM TINTA PVA DUAS (2) DEMÃOS | UNIDADE | 1,00 |
| REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE TERRENO COM ROLO VIBRATÓRIO, EXCLUSIVE DESMATAMENTO, DESTOCAMENTO, LIMPEZA/ROÇADA DO TERRENO | M² | 7.531,67 |
| Reforço do sub-leito (Execução, incluindo escavação, carga, descarga, homogenização, umidecimento, espalhamento e compactação do material) | M³ | 1.882,92 |
| CASCALHO DE CAVA | M³ | 1.822,92 |
| Transporte de material de jazida para conservação. Distância média de transporte de 10,10 a 15,00 km | M³XKM | 3.577,54 |
| BASE, COM MISTURA NA PISTA, DE BICA CORRIDA MELHORADA COM 2% DE CIMENTO, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR MODIFICADO (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO CIMENTO, FORNCECIMENTO DA BICA CORRIDA, ESPALHAMENTO, UMIDECIMENTO, HOMOGENEIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DA MISTURA; EXCLUI O TRANSPORTE DA BICA CORRIDA) | M³ | 1.129,75 |
| TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO, DISTÂNCIA MAIOR QUE 1KM E MENOR OU IGUAL A 2KM, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, EXCLUSIVE CARGA, INCLUSIVE DESCARGA - TRANSPORTE DA BICA CORRIDA | M³xKM | 2.146,53 |
|  | | |
| **PAVIMENTAÇÃO** |  |  |
| IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO) | M² | 7.531,67 |
| Pintura de ligação (Execução e fornecimento do material betuminoso, exclusive transporte do material betuminoso) | M² | 6.094,56 |
| EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO  A QUENTE (CBUQ), MASSA COMERCIAL, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS E MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DA MASSA ASFÁLTICA ATÉ A PISTA | M³ | 304,73 |
| Transporte de concreto betuminoso usinado a quente. Distância média de transporte >= 50,10 km (Densidade de material solto) | M3XKM | 18.283,68 |
| Transporte de agregados para conservação. Distância média de transporte > 50,10 km - Imprimação | M3XKM | 3.705,58 |
| Transporte de agregados para conservação. Distância média de transporte > 50,10 km – Pintura de ligação | M3XKM | 1.999,02 |
|  | | |
| **DRENAGEM** |  |  |
| GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK 20MPA, PRÉMOLDADA, MFC-01 PADRÃO DER-MG, DIMENSÕES (12X16,7X35)CM, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA) | M | 226,50 |
| GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK 20MPA, PRÉMOLDADA, MFC-01 PADRÃO DER-MG, DIMENSÕES (12X16,7X35)CM, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA) - Meio fio de  Travamento | M | 27,42 |
| SARJETA DE CONCRETO URBANO (SCU), TIPO 3, COM FCK 15 MPA, LARGURA DE 50CM COM INCLINAÇÃO DE 25%, ESP. 7CM,  PADRÃO DER-MG, EXCLUSIVE MEIO-FIO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILAOMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA) | M | 226,74 |
| Sarjeta de concreto em corte tipo DR.SCC-x/y. Largura = 100 cm tipo 90/ 30 (Execução, incluindo escavação, fornecimento e transporte de todos os materiais) | M | 1.323,74 |
| DESCIDA D´ÁGUA TIPO DEGRAU DN 600, EXCLUSIVE BOTA FORA | M | 51,00 |
| Dissipador de energia - DEB 01 - areia extraída e brita e pedra de mão produzidas | UN | 17,00 |
| CAIXA DE CAPTAÇÃO E DRENAGEM TIPO A (100 X 100 X 120 CM), D  = 500 MM A 1500MM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA | UN | 12,00 |
| TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA1, DIÂMETRO 400MM, INCLUSIVE FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO | M | 59,00 |
| ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS COM PROFUNDIDADE MAIORQUE 1,5M E MENOR OU IGUAL 3,0M, INCLUSIVE DESCARGALATERAL, EXCLUSIVE CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA | M³ | 79,65 |
| Reaterro e compactação com soquete vibratório | M³ | 42,13 |
|  | | |
| **ACESSIBILIDADE** |  |  |
| RAMPA PARA ACESSO DE DEFICIENTE, EM CONCRETO SIMPLES FCK = 25 MPA, DESEMPENADA, COM PINTURA INDICATIVA, 02 DEMÃOS | UN | 2,00 |
|  | | |
| **SINALIZAÇÃO** |  |  |
| Linhas de resina acrilica de 0,6mm de espessura e Largura = 0,10m ( Execução, incluindo pré-marcação, fornecimento e transporte de todos os materiais) | M | **2.960,68** |
| Defensa Singela semi-maleável SV-DSM-02 (Execução, incluindo fornecimento, colocação e transporte de todos os materiais) | m | **60,00** |
| Linhas de resina acrilica 0,6mm com Largura > 0,30m (execução, inclusive pré-marcação, fornecimento e transporte de todos os materiais) - QUEBRA MOLA | M² | **37,80** |
| Placa de aço carbono com película refletiva grau técnico tipo I da ABNT - Placa Quadrada (Execução, incluindo fornecimento e transporte de todos os materiais, inclusive poste de sustentação) | M² | **2,16** |
| Placa de aço carbono com película refletiva grau técnico tipo I da ABNT - Placa Circular (Execução, incluindo fornecimento e transporte de todos os materiais, inclusive poste de sustentação) | M² | **2,26** |
| TACHA REFLETIVA TIPO SHTRP, COM CATADIÓPTRICO NAS DUAS FACES (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS) | UN | **371** |

1. **JUSTIFICATIVA:**

As Obras de Engenharia para pavimentação asfáltica da via, tem como objetivo a primeira pavimentação da via que se encontra em leito natural que passa por manutenção constante do município e ocasiona bastante poeira. Com a ação da realização de pavimentação asfáltica da via contemplada estima se proporcionar conforto aos usuários, minimizando desgastes dos veículos e eliminando a constante necessidade de mobilização de maquinário, equipamentos e pessoal que trabalham na manutenção, limpeza e recuperação do logradouro.

A pavimentação asfáltica na rua contemplada é de suma importância para toda população do município e transitória visto que por ela transitam diariamente um grande número de veículos de transporte público e pessoas, por ser rua de ligação entre bairros. Hoje no município há apenas uma via que liga os bairros que já não comporta o transito causando grandes transtornos.

O pavimento de boa qualidade diminui o custo com manutenção de veículos, diminui a possibilidade de ocorrência de acidentes, agiliza o trânsito, trazendo melhorias indiretas para o meio ambiente e qualidade de vida da população, a acessibilidade e acesso aos equipamentos públicos.

1. **META FÍSICA:** Execução das obras de Pavimentação em CBUQ, no Município de Mar de Espanha, em conformidade com o QUADRO RESUMO apresentado, conforme especificações técnicas anexas ao presente memorial, em 60 dias (02meses), com as descrições e quantidades informadas anteriormente no QUADRO RESUMO.

**PERÍODO DE EXECUÇÃO:** O prazo para execução dos serviços será de 60 dias (02 meses), podendo ser prorrogado se devidamente justificado o atraso.

**DESCRIÇÃO DO LOCAL DE EXECUÇÃO:** Via de Ligação, entre os bairros Jardim Guanabara e Monte Líbano, Município de Mar de Espanha – MG; em conformidade com os projetos apresentados.

**RESPONSÁVEL PELO PROJETO:** Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha.

***ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:***

1. **SERVIÇOS PRELIMINARES**
   1. ESTUDO TOPOGRÁFICO

Os estudos topográficos foram iniciados com a implantação de marcos, estrategicamente localizados, dando sequência com o levantamento de todos os pontos de interesse, objetivando o melhor reconhecimento possível do terreno e das condições locais.

Os dados obtidos em campo foram processados em softwares específicos, indicando a precisão obtida em cada um dos levantamentos topográficos.

Entre estes marcos foi realizada uma poligonal enquadrada. O enquadramento permitiu verificar a precisão planimétrica e altimétricas do levantamento, tendo sido alcançada precisão superior à exigida pela norma NBR 13133 execuções de levantamento topográfico.

O Estudo Topográfico teve como objetivo, a elaboração da base cartográfica necessária ao desenvolvimento dos projetos.

* 1. LEVANTAMENTO DE CAMPO

Esta fase compreendeu a materialização do traçado estudado em campo, abrangendo a locação dos eixos das vias e o respectivo nivelamento direto e contra.

Foram levantadas características do terreno (planimetria e altimetria) através de irradiações necessárias à sua total configuração. Nestes levantamentos foram cadastradas as seguintes informações: cercas, valetas, taludes, bordo de pistas, postes e pontos notáveis para garantir a correta representação do relevo, concluída assim etapa de campo.

* 1. INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA

Durante sua execução, toda obra, serviço ou instalação devem ter uma placa de identificação. A placa de obra tem o objetivo de mostrar para a sociedade que os serviços realizados naquele local possuem responsáveis técnicos / profissionais legalmente habilitados. A placa deverá ter toda a descrição da obra bem como as respectivas informações do programa.

A placa será de chapa galvanizada (3,00 x 1,50 m), sendo fixada em estrutura metálica de metalon 20x20mm, em local visível.

1. **DRENAGEM PLUVIAL**

O sistema de drenagem será implantado com rede de tubulação enterrada, com diâmetros de tubos de concreto de diâmetros de 600mm, locais especificados em projeto. Para a drenagem superficial, será executado sarjeta triangular DR.SCC-x/y, com medidas de 0,90m x 0,30m (base maior x altura) e espessura de 0,10m e sarjetas de concreto urbano com 50 cm de largura e 7 cm de espessura. Em projeto está identificado onde será instalada cada tipo de sarjeta.

* 1. SARJETÃO DE CONCRETO

Nas laterais da pavimentação (sentido longitudinal), conforme indicado no projeto, deverão ser executadas sarjetas de concreto, direcionando as águas pluviais ao ponto mais baixo. A sarjeta será do tipo DR.SCC-x/y, detalhada conforme projeto em anexo.

Deverá ser executada com concreto simples, fck de 20MPa, com areia e brita comercial.

As dimensões da sarjeta será de 0,90m x 0,30m e a espessura de 0,10 m.

O concreto deverá ser contido lateralmente por meio de formas de madeira assentadas em conformidade com os alinhamentos e perfis do projeto.

O concreto deverá ter plasticidade e umidade tais que possa ser facilmente lançado nas formas, onde, convenientemente apiloado e alisado, deverá constituir uma massa compacta sem buracos ou ninhos. A mistura deverá ser executada por processos mecânicos.

Após o adensamento, a superfície da sarjeta deverá ser modelada com gabarito e acabada com auxílio de desempenadeiras de madeira, até apresentar uma superfície lisa e uniforme.

* 1. MEIO-FIO E SARJETA

Às margens da Avenida João Penasso serão instalados meio-fio em concreto pré-moldado, nas seguintes dimensões (12x16,7x35) cm e paralelamente as sarjetas moldadas in loco (50x7cm), inclui escavação e acerto faixa, dentro de valas abertas manualmente, de acordo com a NBR 6118. Uma vez assentadas, as guias de concreto serão rejuntadas com argamassa de cimento e areia lavada no traço 1x3.

* 1. TUBO DE CONCRETO Ø600mm

Os tubos de 600mm serão instalados na transversal da pista, para passagem das águas pluviais, ligando uma sarjeta a outra. A inclinação desta tubulação será de 2% para o sentido do escoamento, conforme projeto gráfico. O tubo de concreto armado, com DN de 600mm, devem estar de acordo com a NBR 8890/20 - Tubo de concreto de seção circular para água pluvial e esgoto sanitário, conforme especificado nos trechos no projeto. Será executado com junta rígida, rejuntado com argamassa de areia e cimento, traço 1:3. As valas deverão ser aterradas e compactadas para evitar o rebaixamento do material.

* 1. DESCIDA D’ÁGUA EM DEGRAUS

A descida d’água em degraus é um dispositivo de drenagem que objetiva o deságue das águas pluviais propiciando uma redução na velocidade por possuir degraus. Deverá ser executada em concreto simples com Fck=20,0MPa, obedecendo as especificações e as dimensões do projeto.

As descidas d’água e caixas estão locadas em projeto, entretanto poderá sofre alterações de acordo com o andamento e necessidade da obra.

* 1. DISSIPADOR DE ENERGIA

Na extremidade de cada dispositivo de deságue da drenagem, deverá ser executado dissipador de energia, a fim de evitar a erosão do terreno, e que venha a causar queda de tubos. Deverão ser executados em concreto e pedras de mão, em quantidade e dimensões de acordo com o projeto, atendendo ao disposto nas normas brasileiras em vigor. A resistência mínima será de fck = 15,0 MPA, devendo o adensamento ser mecânico.

* 1. RAMPAS DE ACESSIBILIDADE

Em locais indicados no projeto será executada rampas de acessibilidade de acordo com detalhamento, respeitando as exigências da NBR9050.

1. **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ**

De acordo com o levantamento topográfico verifica-se que a via apresenta in loco as seguintes características:

* Extensão – 832,15 metros;
* Elevações variando de 490,00 a 529,00 metros;
* Largura da seção transversal existente variável ao longo da extensão da via;
* Existência de reforço do subleito com espessura de 0,25 m.

Conforme definição do Município de Mar de Espanha foi elaborado para a via um projeto de pavimentação da pista de rolamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ.

Através da análise das características do solo local, adotou-se inicialmente a seguinte constituição das seguintes camadas do pavimento:

* Revestimento em CBUQ;
* Base em camada granular;
* Reforço do Subleito em camada granular;

QUADRO DE RESUMO DE ESPESSURA DE REVESTIMENTOS

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Camadas do Pavimento** | **Espessura adotada (cm)** | **Material** |
| Revestimento | 5 | CBUQ faixa “C” |
| Base | 15 | Bica Corrida melhorada com 2% de cimento |
| Reforço do Subleito | 25 | Cascalho com Cava |

* 1. ESPECIFICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXECUTIVAS
     + Reforço, Regularização e Compactação do Subleito à 100% p.n.

Compreende a regularização, nivelamento, escarificação, homogeneização e compactação do subleito para pavimentação, até a profundidade de 20 cm com rolo compactador a 100% P.N. retirando o material existente e reforçando com cascalho de cava.

Este serviço deve ser executado de acordo com as especificações de serviço DER/PR ES-P 01/91 - Regularização do Subleito.

* + - Execução da base de bica corrida melhorada com 2% de cimento

Execução da base de bica corrida melhorada com 2% de cimento com fornecimento, espalhamento e posterior uniformização e compactação. Estes serviços devem ser executados de acordo com as especificações de serviço DER/PR ES-P 05/18.

* + - Imprimação com CM-30

A imprimação consistirá na aplicação de material betuminoso CM-30, diretamente sobre a superfície preparada de uma base de brita graduada, com finalidade de impermeabilizar a camada de base.

Este serviço deve ser executado de acordo com as especificações de serviço DER/PR ES-P 17/17 – Pavimentação: Pinturas Asfálticas.

* + - Pintura de Ligação RR-2C

A imprimação ligante betuminosa consistirá na aplicação de material betuminoso RR-2C, diretamente sobre a superfície, para assegurar sua perfeita ligação com revestimento betuminoso. Este serviço deve ser executado de acordo com as especificações de serviço DER/PR ES-P 17/17 – Pavimentação: Pinturas Asfálticas.

* + - Capa C.B.U.Q. espessura 5,0 cm

O revestimento em concreto asfáltico consistirá de uma camada de mistura, devidamente dosada e usinada a quente, constituída de agregado mineral graduado e material betuminoso, esparramado e comprimido a quente.

Este serviço deve ser executado de acordo com as especificações de serviço DER/PR ES-P 21/17 – Pavimentação: Concreto Asfáltico Usinado à Quente.

1. **PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA URBANA**

Para a via em estudo a sinalização viária a ser implantada trata-se da Sinalização Horizontal conforme projeto em Anexo. Devendo o projeto ser aprovado e aceito pelo município, assim como solicitados alterações quando necessárias.

* 1. SINALIAÇÃO HORIZONTAL

Sinalização horizontal prevista para vias consiste em faixas de eixo e faixas de borda, que devem ser executadas com pintura mecânica, tinta acrílica para sinalização viária, nas cores e dimensões especificadas em projeto, com aplicação de microesferas de vidro imediatamente após a pintura. As faixas devem apresentar um desgaste equivalente a 15% da área de sinalização aplicada no prazo final de 12 meses.

* 1. SINALIAÇÃO VERTICAL

Para realização da sinalização vertical será realizado a confecção de suporte e travessa para placa de sinalização, inclusive fornecimento e implantação placa sinalização total refletiva.

Toda sinalização viária deverá obedecer aos critérios normativos e estabelecidos em projeto.

* 1. ESPECIFICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXECUTIVAS

Sinalização Horizontal

As recomendações gerais para execução da sinalização horizontal são:

* Para a aplicação de sinalização em superfície com revestimento asfáltico, deve ser respeitado o período de cura do revestimento.
* A superfície a ser sinalizada deve estar seca, livre de sujeira, óleos, graxas ou qualquer outro material que possa prejudicar a aderência da sinalização ao pavimento;
* Deve ser feita a pré-marcação acordo com o projeto;
* Deve ser executada somente quando o tempo estiver bom, ou seja, sem ventos excessivos, sem neblina, sem chuva e com umidade relativa do ar máxima de 90%;
* E quando a temperatura da superfície da via estiver entre 5º C e 40º C.

Ainda deverá ser observada dos manuais de sinalização horizontal elaborados pelo CONTRAM/DENATRAM.

* 1. DECLARAÇÃO DE PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

O projeto de sinalização viária das vias foi desenvolvido em consonância com Código de Trânsito Brasileiro – CTB, da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, do Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro, aprovado pela Resolução do CONTRAN n°

160 e manuais de sinalização viária horizontal e vertical, regulamentados pelo CONTRAN, conforme descrito na Declaração de Atendimento à Legislação de Sinalização Viária.

1. **CONTROLE TECNOLÓGICO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO**

Deverá ser realizado, pela empresa executora, o controle tecnológico da execução das obras de pavimentação asfáltica, que devem ser apresentados o(s) laudo(s) como critério de liberação das medições da execução das camadas dos pavimentos.

1. **ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Será fornecido pela firma vencedora, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada no CREA/MG se responsabilizando por todos os serviços executados, com o preenchimento obrigatório do código 2644.

**Paulo Roberto Mattos Júnior**

**Engenheiro Civil CREA 0167907/D**

**Secretário de Obras e Serviços Públicos**

# CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº 001/2024

**Processo nº 126/2024**

**ANEXO II–** **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO, COMPOSIÇÃO DO BDI**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA – MG.**  Praça Barão de Ayuruoca, nº 53. Centro. CEP: 36.640.000.  Mar de Espanha / MG. Tel. (032) 3276 -1225. | | | | | | | |
| **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS** | | | | | | | |
| **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA/MG** | | | | | **FOLHA Nº: 01/03** | | |
| **OBRA: Pavimentação em CBUQ na Via de ligação no Municipio.** | | | | | **DATA: 08/05/2024** | | **ISS : 3%** |
| **LOCAL: Via de ligação, Jardim Guanabara, Mar de Espanha – MG** | | | | | **PROPOSTA: 694/2024 SEGOV** | | |
| **REGIÃO/MÊS DE REFERÊNCIA: SEINFRA – REGIÃO LESTE/OUTUBRO-2023 – Com desoneração; SINAPI/DEZEMBRO 2023 – Com**  **desoneração; SICRO/OUTUBRO 2023 – Com desoneração.** | | | | **FORMA DE EXECUÇÃO:** | | | |
|  |  | **( x )** | **INDIRETA** |
| **PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 MESES** | | | | **( )** | **DIRETA** | **BDI** | **26,85%** |
| **ITEM** | **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **UNIDADE** | **QUANTIDADE** | **PREÇO UNITÁRIO S/**  **BDI** | **PREÇO UNITÁRIO C/**  **BDI** | **PREÇO TOTAL** |
| **Pavimentação em CBUQ – VIA de ligação** | | | | | | | |
| **1** |  | **SERVIÇOS PRELIMINARES** |  |  |  |  | **R$ 496.072,17** |
| 1.1 | SEINFRA – ED-28427 | FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA #26, ESP. 0,45MM, DIMENSÃO (3X1,5)M, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, AFIXADA COM REBITES 4,8X40MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20MM, ESP. 1,25MM, INCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADO COM TINTA PVA DUAS (2) DEMÃOS | UNIDADE | 1,00 | 1.374,12 | R$ 1.743,07 | R$ 1.743,07 |
| 1.2 | SEINFRA – ED-51124 | REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE TERRENO COM ROLO VIBRATÓRIO, EXCLUSIVE DESMATAMENTO, DESTOCAMENTO, LIMPEZA/ROÇADA DO TERRENO | M² | 7.531,67 | 3,07 | R$ 3,89 | R$ 29.298,20 |
| 1.3 | SEINFRA-RO-41093 | Reforço do sub-leito (Execução, incluindo escavação, carga, descarga, omogeneização, umidecimento, espalhamento e compactação do material) | M³ | 1.882,92 | R$ 16,20 | R$ 20,55 | R$ 38.693,95 |
| 1.4 | SINAPI – 00004743 | CASCALHO DE CAVA | M³ | 1.882,92 | R$ 69,44 | R$ 88,11 | R$ 165.903,86 |
| 1.5 | SEINFRA – RO-41338 | Transporte de material de jazida para conservação. Distância média de  transporte de 10,10 a 15,00 km | M³XKM | 3.577,54 | R$ 1,45 | R$ 1,84 | R$ 6.582,68 |
| 1.6 | SEINFRA- RO-43836 | BASE, COM MISTURA NA PISTA, DE BICA CORRIDA MELHORADA COM 2% DE CIMENTO, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR MODIFICADO (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO CIMENTO, FORNCECIMENTO DA BICA CORRIDA, ESPALHAMENTO, UMIDECIMENTO, HOMOGENEIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DA MISTURA; EXCLUI O TRANSPORTE DA BICA CORRIDA) | M³ | 1.129,75 | R$ 168,84 | R$ 214,17 | R$ 241.958,66 |
| 1.7 | SEINFRA-ED-29230 | TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO, DISTÂNCIA MAIOR QUE 1KM E MENOR OU IGUAL A 2KM, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, EXCLUSIVE CARGA, INCLUSIVE DESCARGA – TRANSPORTE DA BICA CORRIDA | M³Xkm | 2.146,53 | R$ 4,37 | R$ 5,54 | R$ 11.891,75 |
|  | | | | | | | |
| **2** |  | **PAVIMENTAÇÃO** |  |  |  |  | **R$ 761.730,96** |
| 2.1 | SEINFRA – RO-51228 | IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO,  EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO) | M² | 7.531,67 | R$ 3,55 | R$ 4,50 | R$ 33.892,52 |
| 2.2 | SEINFRA – RO-51229 | Pintura de ligação (Execução e fornecimento do material betuminoso,  exclusive transporte do material betuminoso) | M² | 6.094,56 | R$ 1,89 | R$ 2,40 | R$ 14.626,94 |
| 2.3 | SEINFRA- ED-7623 | EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO  A QUENTE (CBUQ), MASSA COMERCIAL, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS E MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DA MASSA ASFÁLTICA ATÉ A PISTA | M³ | 304,73 | R$ 1.748,59 | R$ 2.218,09 | R$ 675.914,13 |
| 2.4 | SEINFRA – RO-41368 | Transporte de concreto betuminoso usinado a quente. Distância média  de transporte >= 50,10 km (Densidade de material solto) | M3XKM | 18.283,68 | R$ 1,26 | R$ 1,60 | R$ 29.253,89 |
| 2.5 | SEINFRA – RO-41352 | Transporte de agregados para conservação. Distância média de transporte > 50,10 km – Imprimação | M3XKM | 3.705,58 | R$ 1,11 | R$ 1,41 | R$ 5.224,87 |
| 2.6 | SEINFRA – RO-41352 | Transporte de agregados para conservação. Distância média de  transporte > 50,10 km – Pintura de ligação | M3XKM | 1.999,02 | R$ 1,11 | R$ 1,41 | R$ 2.818,61 |
|  | | | | | | | |
| **3** |  | **DRENAGEM** |  |  |  |  | **R$ 265.897,12** |
| 3.1 | SEINFRA – ED-51139 | GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK 20MPA, PRÉMOLDADA, MFC- 01 PADRÃO DER-MG, DIMENSÕES (12X16,7X35)CM, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA) | M | 226,50 | R$ 56,40 | R$ 71,54 | R$ 16.203,81 |
| 3.2 | SEINFRA- ED-51139 | GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK 20MPA, PRÉMOLDADA, MFC- 01 PADRÃO DER-MG, DIMENSÕES (12X16,7X35)CM, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA  DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA) – Meio fio de travamento | M | 27,42 | R$ 56,40 | R$ 71,54 | R$ 1.961,63 |
| 3.3 | SEINFRA -ED-14764 | SARJETA DE CONCRETO URBANO (SCU), TIPO 3, COM FCK 15 MPA, LARGURA DE 50CM COM INCLINAÇÃO DE 25%, ESP. 7CM,  PADRÃO DER-MG, EXCLUSIVE MEIO-FIO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILAOMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA) | M | 226,74 | R$ 45,70 | R$ 57,97 | R$ 13.144,12 |
| 3.4 | SEINFRA - RO-40670 | Sarjeta de concreto em corte tipo DR.SCC-x/y. Largura = 100 cm tipo 90/ 30 (Execução, incluindo escavação, fornecimento e transporte de todos os materiais) | M | 1.323,74 | R$ 84,00 | R$ 106,55 | R$ 141.044,50 |
| 3.5 | SEINFRA - ED-48589 | DESCIDA D´ÁGUA TIPO DEGRAU DN 600, EXCLUSIVE BOTA FORA | M | 51,00 | R$ 731,86 | R$ 928,36 | R$ 47.346,36 |
| 3.6 | SICRO - 2003448 | Dissipador de energia - DEB 01 - areia extraída e brita e pedra de mão produzidas | UN | 17,00 | R$ 356,77 | R$ 452,56 | R$ 7.693,52 |
| 3.7 | SEINFRA - ED-48572 | CAIXA DE CAPTAÇÃO E DRENAGEM TIPO A (100 X 100 X 120 CM), D  = 500 MM A 1500MM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA | UN | 12,00 | R$ 1.662,40 | R$ 2.108,75 | R$ 25.305,00 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 3.8 | SEINFRA - ED-48680 | TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA1, DIÂMETRO 400MM, INCLUSIVE FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO | M | 59,00 | R$ 152,72 | R$ 193,73 | R$ 11.430,07 |
| 3.9 | SEINFRA - ED-51112 | ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS COM PROFUNDIDADE MAIOR QUE 1,5M E MENOR OU IGUAL 3,0M, INCLUSIVE DESCARGA LATERAL, EXCLUSIVE CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA | M³ | 79,65 | R$ 8,32 | R$ 10,55 | R$ 840,31 |
| 3.10 | SEINFRA - RO-43429 | Reaterro e compactação com soquete vibratório | M³ | 42,13 | R$ 17,36 | R$ 22,02 | R$ 927,81 |
|  | | | | | | |  |
| **4** |  | **ACESSIBILIDADE** |  |  |  |  | **R$ 981,70** |
| 4.1 | SEINFRA- ED-51148 | RAMPA PARA ACESSO DE DEFICIENTE, EM CONCRETO SIMPLES FCK = 25 MPA, DESEMPENADA, COM PINTURA INDICATIVA, 02 DEMÃOS | UN | 2,00 | R$ 386,95 | R$ 490,85 | R$ 981,70 |
|  | | | | | | | |
| **5** |  | **SINALIZAÇÃO** |  |  |  |  | **R$ 64.546,01** |
| 5.1 | SEINFRA- RO-41237 | Linhas de resina acrilica de 0,6mm de espessura e Largura = 0,10m ( Execução, incluindo pré-marcação, fornecimento e transporte de todos os materiais) | M | **2.960,68** | R$ 2,90 | R$ 3,68 | R$ 10.895,30 |
| 5.2 | SEINFRA - RO-41763 | Defensa Singela semi-maleável SV-DSM-02 (Execução, incluindo fornecimento, colocação e transporte de todos os materiais) | m | **60,00** | R$ 492,74 | R$ 625,04 | R$ 37.502,40 |
| 5.3 | SEINFRA - RO-41243 | Linhas de resina acrilica 0,6mm com Largura > 0,30m (execução, inclusive pré-marcação, fornecimento e transporte de todos os materiais) - QUEBRA MOLA | M² | **37,80** | R$ 25,37 | R$ 32,18 | R$ 1.216,40 |
| 5.4 | SEINFRA - RO-41844 | Placa de aço carbono com película refletiva grau técnico tipo I da ABNT -  Placa Quadrada (Execução, incluindo fornecimento e transporte de todos os materiais, inclusive poste de sustentação) | M² | **2,16** | R$ 612,84 | R$ 777,39 | R$ 1.679,16 |
| 5.5 | SEINFRA - RO-41841 | Placa de aço carbono com película refletiva grau técnico tipo I da ABNT - Placa Circular (Execução, incluindo fornecimento e transporte de todos os materiais, inclusive poste de sustentação) | M² | **2,26** | R$ 634,11 | R$ 804,37 | R$ 1.818,52 |
| 5.6 | SEINFRA - RO-41230 | TACHA REFLETIVA TIPO SHTRP, COM CATADIÓPTRICO NAS DUAS FACES (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS) | UN | **371,00** | R$ 24,30 | R$ 30,82 | R$ 11.434,22 |
|  | | | | | | |  |
|  |  |  |  |  |  | **TOTAL:** | **R$ 1.589.227,96** |
|  |  | Paulo Roberto Mattos Júnior |  | CREA: 0167807/D | |  |  |
|  |  | Engenheiro Civil  Francisco de Assis Jesus Furtado Prefeito Municipal |  |  | |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA - MG.**  Praça Barão de Ayuruoca, nº 53. Centro. CEP: 36.640.000.  Mar de Espanha / MG. Tel. (032) 3276 -1225. | | | | | | | |
| **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** | | | | | | | |
| **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA/MG** | | **VALOR DA OBRA:** | | | **R$ 1.589.227,96** | **DATA: 08/05/2024** | **FOLHA Nº: 03/03** |
| **OBRA: Pavimentação em CBUQ na Via de ligação no Municipio.** | | **PROPOSTA: 694/2024 SEGOV** | | | | **Prazo da obra:** | **2 meses** |
| **ITEM** | **ETAPAS/DESCRIÇÃO** | **FÍSICO/ FINANCEIRO** | **TOTAL ETAPAS** | | **MÊS 1** | **MÊS 2** | **MÊS 3** |
|  | **Pavimentação em CBUQ - VIA de ligação** | Físico % | 100,00% | |  |  |  |
| Financeiro | R$ | 1.589.227,96 |  |  |  |
| **1.1** | **SERVIÇOS PRELIMINARES** | Físico % | 31,21% | | 100,00% |  |  |
| Financeiro | R$ | 496.072,17 | 496.072,17 |  |  |
| **1.2** | **PAVIMENTAÇÃO** | Físico % | 47,93% | | 25,00% | 75,00% |  |
| Financeiro | R$ | 761.730,96 | 190.432,74 | 571.298,22 |  |
| **1.3** | **DRENAGEM** | Físico % | 16,73% | | 75,00% | 25,00% |  |
| Financeiro | R$ | 265.897,12 | 199.422,84 | 66.474,28 |  |
| **1.4** | **ACESSIBILIDADE** | Físico % | 0,06% | |  | 100,00% |  |
| Financeiro | R$ | 981,70 |  | 981,70 |  |
| **1.5** | **SINALIZAÇÃO** | Físico % | 4,06% | |  | 100,00% |  |
| Financeiro | R$ | 64.546,01 |  | 64.546,01 |  |
|  | | **Físico %** | 100,00% | | **55,75%** | **44,25%** |  |
| **Financeiro** | **R$ 1.589.227,96** | | R$ 885.927,75 | R$ 703.300,21 |  |
|  |  |  |  | | | **Observação:** | |
|  |  |  |  | |
|  | Paulo Roberto Mattos Júnior |  | CREA - 0167807/D – MG | | |
|  | Engenheiro Civil |  |
|  | Francisco de Assis de Jesus Furtado |  |
|  | Prefeito Municipal |  |

**TABELA DE COMPOSIÇÃO**

**DO BDI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA - MG.**  Praça Barão de Ayuruoca, nº 53. Centro. CEP: 36.640.000.  Mar de Espanha / MG. Tel. (032) 3276 -1225. | | | | | | | | |
| **COMPOSIÇÃO DO BDI** | | | | | | | | |
| **PREFEITURA: MUNICIPIO DE MAR DE ESPANHA** | | | | **FOLHA Nº: 1** | | | | |
| **OBRA: Pavimentação em CBUQ na Via de ligação no Municipio.** | | | | **DATA: 19/04/2024** | | | | |
| **LOCAL: Via de ligação, Jardim Guanabara, Mar de Espanha – MG** | | | | | | | | |
| **REGIÃO/MÊS DE REFERÊNCIA: SEINFRA - OUTUBRO 2023** | | | | |  | | | |
| **CONFORME LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, DEFINIR ESTIMATIVA DE PERCENTUAL DA BASE DE CÁLCULO PARA O ISS:** | | | | | | | 100,00% | |
| **SOBRE A BASE DE CÁLCULO, DEFINIR A RESPECTIVA ALÍQUOTA DO ISS (ENTRE 2% E 5%):** | | | | | | | 3,00% | |
| **BDI** | | | | | | | | |
| **TIPO DE OBRA:** | **OBRA RODOVIÁRIA** | | | | | | | |
| **Itens** | | | **Siglas** | **%**  **Adotado** | **Situação** | **1º Quartil** | **Médio** | **3º Quartil** |
| Administração Central | | | AC | 3,80% | **-** | 3,80% | 4,01% | 4,67% |
| Seguro e Garantia | | | SG | 0,32% | **-** | 0,32% | 0,40% | 0,74% |
| Risco | | | R | 0,50% | **-** | 0,50% | 0,56% | 0,97% |
| Despesas Financeiras | | | DF | 1,02% | **-** | 1,02% | 1,11% | 1,21% |
| Lucro | | | L | 6,64% | **-** | 6,64% | 7,30% | 8,69% |
| Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%) | | | CP | 3,65% | **-** | 3,65% | 3,65% | 3,65% |
| Tributos (ISS, variável de acordo com o município) | | | ISS | 3,00% | **-** | 0,00% | 2,50% | 5,00% |
| Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração) | | | CPRB | 4,50% | **-** | 0,00% | 4,50% | 4,50% |
| COM ou SEM desoneração: | | COM | BDI PAD | 26,85% | **OK** | 19,60% | 20,97% | 24,23% |
| **\* O convenete deve preencher apenas os campos destacados**  Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:  *(1+AC + S + R + G)\*(1 + DF)\*(1+L)*  *BDI= (1-CP-ISS-CRPB) -1* | | | | | | | | |
| Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 3%.  Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública. | | | | | | | | |

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

**ANEXO III**

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA

Declaro, para fins de participação na licitação **Concorrência nº 001/2024**, que a empresa **..................................................**, CNPJ nº ............................, situada no endereço ..........................................., telefones ...................................................., e-mail

..................................................................., por intermédio da pessoa legalmente credenciada, Sr.(a) ................................... , CPF nº .............................., tomou pleno conhecimento dos locais das obras e serviços objeto da licitação, a fim de se constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados.

...............................................

(local e data)

# ...................................................

Identificação do representante da empresa (por extenso e legível) Assinatura

CPF nº RG nº

Cargo e/ou função

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

# ANEXO IV

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Em atendimento ao Edital da **Concorrência nº 001/2024,** declaramos que o profissional detentor do(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, Sr (CREA/CAU nº ), será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora e comprovará seu vínculo empregatício mediante a apresentação de cópia(s) do(s) contrato(s) de trabalho do profissional, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade, ou, ainda, por meio do(s) contrato(s) de prestação de serviços regido(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s).

, de de 20......

NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Autorizo a inclusão do meu nome como Responsável Técnico pela execução das obras e serviços objeto do **.........................................**, caso a sociedade empresária seja

contratada pela Prefeitura de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

, de de 20.......

NOME / CREA / CAU/ ASSINATURA DO R.T

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

# ANEXO V

# MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A sociedade (s) empresária (s), .................................., com sede na Rua/Av , inscrita no CNPJ sob o nº , abaixo assinada por seu representante legal, apresenta e submete à apreciação da comissão licitante, nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na sua preparação.

O nosso preço global constante do orçamento da presente **CONCORRÊNCIA** é de R$( ..............................), distribuídos da seguinte forma:

Acompanha a nossa proposta de preços as **Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico-financeiro** bem como todos os elementos julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

Declaramos, igualmente, que em nosso preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do **Edital**, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme **Projeto Básico** constante da **Concorrência**, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO.

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a manter a nossa proposta comercial relativa à **CONCORRÊNCIA nº \_\_\_/2024**, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura da mesma, para fins de julgamento e de contratação.

Declaramos ainda, que:

1. Temos pleno conhecimento dos serviços a serem executadas.
2. Recebemos do Município todas as informações necessárias à elaboração da nossa proposta.
3. Estamos cientes dos critérios de medição e pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente.
4. Obrigamos-nos a aceitar o direito do Município de escolher a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa proposta, no todo ou em parte.
5. Obrigamos-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação do Município, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura.
6. Que esta empresa não incide nas vedações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Reconhecemos o direito do Município de paralisar ou suspender a qualquer tempo, a prestação dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados e a aquisição, pelo preço de custo comprovado, dos materiais por nós adquiridos, existentes no local dos serviços e a eles destinados.

Utilizaremos a equipe técnica e administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade do pessoal, desde que assim o exija à fiscalização do MUNICÍPIO.

...............................................

(local e data)

............................................................

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)

* **Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.**

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

# ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE PROCEDÊNCIA LEGAL E ORIGEM DE MADEIRA FORNECIDA, CONFORME DECRETO ESTADUAL Nº 44.903/2008**

Em conformidade com o disposto no artigo 4º, do Decreto nº 44.903, de 24/9/2008, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de Minas Gerais, eu ..............., R.G................, legalmente nomeado representante da Empresa ................................, CNPJ ..................., para o fins de habilitação no procedimento licitatório da **Concorrência nº 001/2024**, declaro sob as penas da lei, que para a execução da referida Licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de exploração autorizada, certificada ou de manejo florestal aprovado por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no art. 72, § 8º, inciso V da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Atenciosamente

...............................................(local e data)

............................................................

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)

* Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

# ANEXO VI

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a ter disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para realização do objeto da licitação **Concorrência nº 001/2024.**

...............................................

(local e data)

Identificação da Sociedade Empresária Assinatura

Nome do responsável (por extenso e legível) CPF nº

RG nº

Cargo e/ou função

* Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

# Processo nº 106/2024

# CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024

**ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO**

**Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA/MG e a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na forma abaixo:**

**O MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA/MG**, com sede na Praça Barão de Ayuruoca, 53, centro, nesta cidade de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais, com CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Francisco de Assis de Jesus Furtado, residente e domiciliado nesta cidade de Mar de Espanha/MG, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ, do MF sob o n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado à rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, considerando o resultado da **Concorrência Presencial nº 001/2024**, conforme consta do **processo** administrativo **nº 106/2024**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações, demais legislação aplicável e as condições seguintes:

# CLÁUSULA PRIMEIRA

# DO OBJETO

**1.1.** É objeto deste instrumento a **prestação de serviços de obras de engenharia PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ NO MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA NA VIA DE LIGAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM GUANABARA DE ACORDO COM O CONVÊNIO N° 1491000828/2024/SEGOV,** conforme especificações do Edital, Projeto Básico e Anexos da **Concorrência Presencial nº 001/2024**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

# CLÁUSULA SEGUNDA

# DO VALOR CONTRATUAL E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**2.1.** O valor da contratação será de R$ **...............................** (VALOR POR EXTENSO), distribuídos da seguinte forma, conforme proposta da contratada.

* 1. Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o município utilizará os recursos provenientes da dotação orçamentária \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.
  2. O valor acordado nesta cláusula é considerado completo, e devem compreender todos os custos e despesas que direta ou indiretamente, decorra do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato, tais como, e sem limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguros de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente contrato.

# CLÁUSULA TERCEIRA

# DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

* 1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.
  2. A medição dos serviços será feita considerando a conclusão de cada etapa da obra discriminada em cronograma.
  3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal em

02 (duas) vias, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 9.711/1998 e de acordo com as Instruções normativas nº IN MPS/SRP nº4, de 28/07/2005, bem como pelas sucessivas alterações, culminando com a IN MF/RFB nº 938 de 15/05/2009, juntamente com o boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização da referida Secretaria.

* + 1. A medição deverá ser realizada por servidor municipal especialmente designado para este fim.
  1. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais.
  2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.
  3. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.
  4. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes aos Serviços Preliminares e Administração Local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma. Para o item Mobilização e Desmobilização será pago o percentual de 50% do valor proposto pelo licitante na primeira medição parcial e o restante na medição final.
  5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
  6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou

inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

* 1. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma *on-line* consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
  2. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
  3. A retenção de impostos será efetuada de acordo com o serviços prestado e o enquadramento tributário da CONTRATADA.

# CLÁUSULA QUARTA

# DO CONTRATO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

* 1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas suas alterações, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.
  2. O prazo da execução dos serviços será de 60(sessenta dias).
  3. O prazo de **vigência do contrato será de 90 (noventa) dias**, contados a partir da data da última assinatura do contrato, admitida a prorrogação observada a legislação pertinente e ajuste entre as partes.
  4. A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início bem como eventuais atrasos na emissão da OS (Ordem de Serviço) e, ainda, para prestação de contas por parte da contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.
  5. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
  6. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.
  7. Eventuais alterações no contrato devem ser realizadas através de termo aditivo nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e serão regulados pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, aplicando-se aos preços base, um redutor, no mesmo percentual encontrado entre o valor global da proposta vencedora e o preço base incluso neste termo.
  8. O município, como parte contratante, gestora e fiscalizadora deste contrato, também ficará responsável pela abertura dos processos de aditivos e solicitações de acréscimos e supressões, se houver, do instrumento contratual, inserindo todos os elementos técnicos e jurídicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo ao setor competente para análise, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, dos termos aditivos, sendo posteriormente, conforme o caso, assinado por ambas as partes, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
  9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
     1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 5 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.
        1. O contratado deverá optar por uma das modalidades de garantia do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.
        2. Quando o contratado optar pela modalidade de garantia prevista no inciso II do § 1º do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para a prestação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação.
     2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
     3. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021:
        1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
        2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
     4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

# CLÁUSULA QUINTA

# DO PREÇO, DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

5.1. O valor do contrato será fixo e irreajustável, sendo admitido o reequilíbrio econômico-financeira nas condições estabelecidas pela Lei nº 14.133/21.

# CLÁUSULA SEXTA

# DO PRAZO DE INÍCIO E DO RECEBIMENTO

* 1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, contendo o prazo para execução dos serviços.
     1. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao município ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.
  2. A obra deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Todas e quaisquer modificações com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após aprovação da FISCALIZAÇÃO do município.
  3. O objeto do contrato será recebido pelo município, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
  4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional pela execução.
  5. Os serviços serão recebidos de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico, edital e na proposta.
  6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico, edital e na proposta, devendo ser corrigidos em prazo estabelecido pelo município, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
  7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
  8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
  9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

# CLÁUSULA SÉTIMA

# DAS OBRIGAÇÕES

* 1. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
     1. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização do município.
     2. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização do município.
     3. Permitir e facilitar à fiscalização do município, a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.
     4. Providenciar a colocação de placas na obra, conforme modelos fornecidos pelo município, em local indicado pela sua fiscalização.
     5. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.
     6. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pelo município.
     7. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.
     8. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG ou CAU.
     9. Preencher, diariamente, onde lhe for reservado, o Diário de Obra que o município manterá permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.
     10. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.
         1. O responsável técnico da contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.
         2. O município poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da contratada.
     11. Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local.
     12. Encaminhar, ao município, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.
     13. Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização do município.
     14. Manter à frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização do município.
     15. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização do município, que lançará a devida justificativa no diário de obra.
     16. Responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente.
         1. Concluída a obra, a contratada terá que apresentar prova de quitação das contas de água, luz e telefone, e da transferência das ligações para o Município.
     17. Acatar toda orientação advinda do município com relação à obra.
     18. Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenha procedência legal.
     19. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

# DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

* + 1. A coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes ao Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.
    2. Credenciar junto à contratada, o representante especialmente designado pelo município, para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.
    3. Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.
    4. Fazer cumprir o prazo contratual.
    5. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução da obra, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.
    6. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.
    7. Caberá ao MUNICÍPIO receber as obras e serviços, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.
       1. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta o Contratado de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

# CLÁUSULA OITAVA

# DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:
     1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
     2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
     3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
     4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
     5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
     6. Apresentar declaração ou documentação falsa;
     7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
     8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
     9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
     10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
  2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. Advertência por escrito;
2. Multa;
3. Impedimento de licitar e contratar;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
   1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
   2. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
   3. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item **8.2, “c” e “ d”**, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
   4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente a legislação que for aplicável.
   5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
      1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) **dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
   6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
   7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, e nos termos da lei, levará em consideração:
5. a natureza e a gravidade da conduta do infrator,
6. as peculiaridades do caso concreto,
7. as circunstâncias agravantes ou atenuantes,
8. o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e,
9. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
   1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
   2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
   3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
   4. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

# CLÁUSULA NONA

# DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

* 1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
  2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021.O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

# CLÁUSULA DÉCIMA

**DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO**

**10.1**. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.

**10.1.1**. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretenso cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

* 1. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.
  2. Deverão ser observadas, em cada caso, as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislação pertinente.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

# DAS COMUNICAÇÕES

**11.1**. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

# DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

* 1. É eleito o Foro da Comarca de Mar de Espanha– MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.
  2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.
  3. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes;

Prefeitura de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ...... de ................... de 20........

# PREFEITO MUNICIPAL

# EMPRESA CONTRATADA

Representante Legal Cargo

# Testemunha 1 Testemunha 2

Ass.: Ass.:

Nome: Nome:

C.P.F.: C.P.F.:

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO**

A empresa ou ................................................................, inscrita no CNPJ sob nº ........................................., sediada ou domiciliada na ............................................., cidade de .................................., estado ................., telefone(s) ............................................................., e-mail para contato ............................................., neste ato representada pelo(a) Sr(a) …..............................**,** portador da Carteira de Identidade nº …......................... e do CPF nº …................, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital da Concorrência Presencial n° 001/2024, assim como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

...............................................

(local e data)

............................................................

Assinatura, qualificação e carimbo

(representante legal)

•Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

…....................................................................................................................., inscrito no CNPJ nº ........................................................................., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) (no caso de sociedade empresária) ................................................................................................, portador da Carteira de Identidade nº ..................................... e do CPF nº ............................................, DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz **( )**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

...............................................

(local e data)

............................................................

Assinatura, qualificação e carimbo

(representante legal)

# Processo nº 106/2024

1. **CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

**(Nome da empresa),** sediada ou domiciliada (endereço completo), inscrita no CNPJ ou sob o nº …........................, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a) …....................**,** portador da Carteira de Identidade nº …......................... e do CPF nº …................, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5 – Que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente.

1. – Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas conforme inc. IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

...............................................

(local e data)

............................................................

Assinatura, qualificação e carimbo

# Processo nº 106/2024

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº ­­­­­­001/2024**

**ANEXO XII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE**

**PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa ...................................................................................., inscrita no CNPJ sob o nº ...................................................., por intermédio de seu representante legal Sr.(a) .........................................................................., portador do Documento de Identidade nº ....................................., inscrito no CPF sob o nº .................................. DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como .......................................................... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

**( )** Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

...............................................

(local e data)

............................................................

Assinatura, qualificação e carimbo